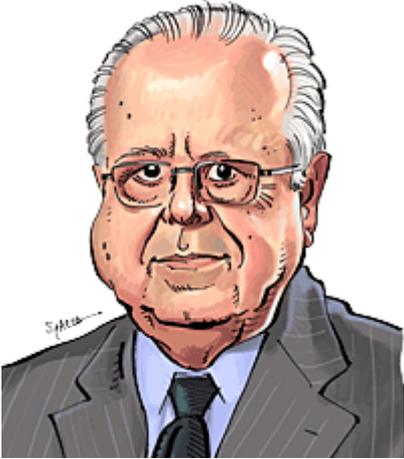


Depois de dez anos, faculdade de Direito da GV busca nova diretoria



A criação da Fundação Getúlio Vargas data de 1944. Desde então, firmou-

se como uma escola com forte tradição no ensino de carreiras voltadas aos negócios, como Economia e Administração. Há onze anos, **Ary Oswaldo Mattos Filho**, de 70 anos, percebeu que as faculdades de Direito brasileiras estavam deslocadas de seu tempo, baseadas na mesma estrutura há décadas. Foi aí que surgiu vontade de gerir também uma instituição dedicada ao ensino jurídico. Da ideia inicial até o começo das atividades da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, quatro anos se passaram.

Ary Oswaldo acompanhou de perto os primeiros passos do curso. “Nós desenvolvemos tudo, até material didático próprio”, conta. Ocupando o posto há uma década, ele se prepara para deixar o cargo, dedicando-se exclusivamente à docência e à pesquisa como professor sênior da instituição.

A escolha do novo diretor já começou. O processo deve durar até o primeiro trimestre de 2011 e contará com uma comissão composta por cinco integrantes. Ary Oswaldo brinca que, para participar, basta "ser bacharel em Direito". A equipe que escolherá o ocupante da cadeira é composta pelos professores Carlos Ari Sundfeld, Gustavo Tepedino, Lindolpho de Carvalho Dias e Luciana Gross Cunha.

Os interessados em ocupar a vaga precisam ter certa liderança no campo jurídico, vivência internacional e experiência acadêmica, além de domínio da língua inglesa e passagem na gestão de alguma instituição, sobretudo naquelas voltadas ao ensino. Além disso, é necessário que eles encaminhem um projeto até o dia 25 de novembro. Outras informações poderão ser encontradas no [site](#) da instituição.

Tempo integral

Ele conversou com a reportagem da revista **Consultor Jurídico**, ocasião na qual falou do novo curso, dos tribunais de arbitragem, da morosidade do Judiciário e da presença de escritórios estrangeiros em terras brasileiras.

A Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas formou sua primeira turma há um ano, em 2009 – tendo 80% dos alunos sido aprovados no Exame da Ordem dos Advogados. Ary Oswaldo explica que, desde o processo de seleção, a intenção é selecionar alunos com um perfil específico. Para

atingir esse objetivo, a avaliação é dividida em duas etapas. A primeira conta com duas provas, uma de língua portuguesa e outra de inglesa. “O aluno precisa saber inglês. Uma coisa é você pedir um café nos Estados Unidos, outra é fazer uma sustentação oral”, explica. Depois vem a segunda fase, encabeçada por um psicólogo. “Nós escolhemos um tema de conhecimento geral, como aborto ou pena de morte, e pedimos para o aluno se posicionar a respeito”, detalha. Assim, os alunos são avaliados quanto às capacidades de expressão, de exposição de ideias e de trabalho em grupo. A cada ano, 50 vagas são oferecidas.

Já na universidade, os alunos frequentam o curso em tempo integral nos três primeiros dos cinco anos. Para o diretor, professor que ministra aulas em faculdade concomitantemente ao trabalho em escritórios de advocacia não trazem grandes benefícios à sala de aula. Visando suprir essa lacuna, os alunos participam de oficinas. Somente no quarto ano do curso é que eles ingressam no mercado de trabalho. Como explica Ary Oswaldo, "propositadamente os alunos não têm tempo de trabalhar antes desse período".

Além do curso de bacharelado em Direito, a Direito GV oferece também o GV Law – no qual cerca de 10% dos alunos não são oriundos da área jurídica – e o recente programa de mestrado em Direito.

Ary Oswaldo é árbitro do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem. Para ele, o Brasil tem se tornado referência na área, com grandes nomes já firmados. Ele também participa da Câmara de Arbitragem do Mercado, entidade associada à Academia Brasileira de Direito Tributário. Para ele, o Brasil tem fornecido ótimos profissionais na área, embora seja necessário mais empenho para que a demanda aumente.

Sobre os problemas do Poder Judiciário brasileiro, o professor é categórico. “O problema do Judiciário está na gestão. O operador do Direito não sabe gerir”, diz. Segundo ele, esse foi um dos motivos que levaram à implantação do curso de Direito. "Aqui, o aluno que cursa Direito pode sair também com o diploma de Administração, caso escolha essa opção no último ano do curso", conta.

Date Created

04/10/2010